

**REPRESENTAÇÕES DOCENTES SOBRE O PAPEL DA SUPERVISÃO ESCOLAR
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

**TEACHERS REPRESENTATIONS ABOUT THE ROLE OF SCHOOL
SUPERVISION IN BASIC EDUCATION**

José Edimar Souza¹

RESUMO: Estudo tem como objetivo conhecer e compreender o contexto em que a figura do supervisor pedagógico insere-se no cotidiano da Escola Básica. A investigação apresenta elementos bibliográficos e resultados da aplicação de um questionário com professores do Ensino Fundamental de escolas do município gaúcho de Novo Hamburgo. Análise sustenta-se na perspectiva teórica da história cultural valorizando elementos do cotidiano das práticas desenvolvidas pelos supervisores escolares. Utiliza-se, além dos depoimentos dos dez professores entrevistados a metodologia documental para construção da empiria. Constata-se que, na percepção dos professores, as principais atribuições do supervisor escolar se encontram: no trabalho de acompanhamento dos alunos, professores e das ações burocráticas.

PALAVRAS-CHAVE: supervisão escolar; representações; educação básica.

ABSTRACT: Study aims to know and understand the context in which the figure of the educational supervisor is part of the Basic School everyday. The research presents bibliographic elements and results of the application of a questionnaire to elementary school teachers of schools of Rio Grande do Sul municipality of Novo Hamburgo. Analysis holds in the theoretical perspective of cultural history valuing everyday elements of the practices developed by school supervisors. It is used in addition to the testimony of ten teachers surveyed documentary methodology for construction of empiricism. It appears that, in the perception of teachers, the main duties of the school supervisor are: the follow-up work of students, teachers and bureaucratic actions.

KEYWORDS: school supervision; representations; basic education.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho refere-se à pesquisa de cunho bibliográfico cujo objetivo é conhecer e compreender o contexto em que a figura do supervisor pedagógico insere-se no cotidiano escolar. O estudo analisa ainda representações de professores sobre as práticas associadas à cultura do trabalho pedagógico deste profissional da educação.

A escola básica, conforme assinala a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96), como argumenta Libâneo et al (2010) estrutura-se em três níveis: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Atualmente, o campo de atuação do profissional

¹Graduado, mestre, Doutor e Pós-doutor em Educação - UNISINOS. Especialista em Gestão da Educação – UFRGS; Especialista em Psicopedagogia: abordagem Clínica e Institucional – Universidade FEEVALE; Supervisão Escolar pela Faculdade Internacional Signorelli. Atua como professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Caxias do Sul – UCS. E-mail: profedimar@gmail.com.

com formação em Supervisão Escolar compreende também o Ensino Médio Técnico e/ou Profissionalizante.

Vivemos na escola uma época de ruptura dos estigmas da modernidade. As teorias nunca foram tão discutidas como nestas últimas décadas. A modernidade debate-se com o próprio tempo e "peleia" disputa para manter alguns hábitos e tradições. O "status" intelectual nas academias, nas escolas cria certo mal-estar devido ao tamanho desencontro de ideias, um mal necessário, mas que na atualidade acaba desarticulando um fator essencial: uma referência, um método, autonomia (AUTOR; MARIANO, 2011).

Neste sentido, em meio a muitas verdades, ocorre a disputa pela legitimação do pensamento, muitas vezes, dispensando a sabedoria; o que é uma lástima! Os alunos e professores circulam no espaço escolar tentando se adaptar, sobreviver a estas transformações. E o trabalho do supervisor escolar versa sobre diferentes óticas no sentido a garantir que o aluno realmente aprenda e aprenda, sobretudo com qualidade, de modo eficiente e eficaz.

Refletir sobre a atuação deste profissional e suas representações apresentadas pelas percepções dos professores diante do seu trabalho possibilita ampliar as concepções da educação e contribui para projetar novas alternativas para as relações sociais estabelecidas no espaço de trabalho.

Nesta pesquisa entende-se a compreensão de práticas como modo pelo qual os sujeitos se preocupam e dão sentido às suas experiências, suas vidas, seus mundos (CHARTIER, 2002). As práticas são criadoras de “usos ou de representações” que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos problemas de discursos e de normas, encontram-se na construção de uma cultura (CHARTIER, 2002). O modo como os professores desenvolvem suas práticas sociais figuram como “[...] modos de viver, trabalhar, morar [...] Assim, a cultura é sempre tomada como expressão de todas as dimensões da vida, incluindo valores, sentimentos, emoções, hábitos [...]” (OLIVEIRA, 2004, p. 272).

Além da metodologia bibliográfica a pesquisa valeu-se da aplicação de um questionário com dez professores da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo (RME/NH), que atuam em uma escola municipal situada no bairro Canudos. Os professores responderam a duas perguntas que versam sobre as formas de ação e as representações que professores apresentam sobre os supervisores pedagógicos de suas escolas.

A elaboração deste trabalho permitiu selecionar dentre as frentes de atuação do supervisor escolar, pelo menos, três representações de docentes, a saber: acompanhamento dos alunos, acompanhamento dos professores e atribuições burocráticas, que se discute nas próximas seções deste estudo. O artigo está estruturado em três partes, além da introdução e das referências

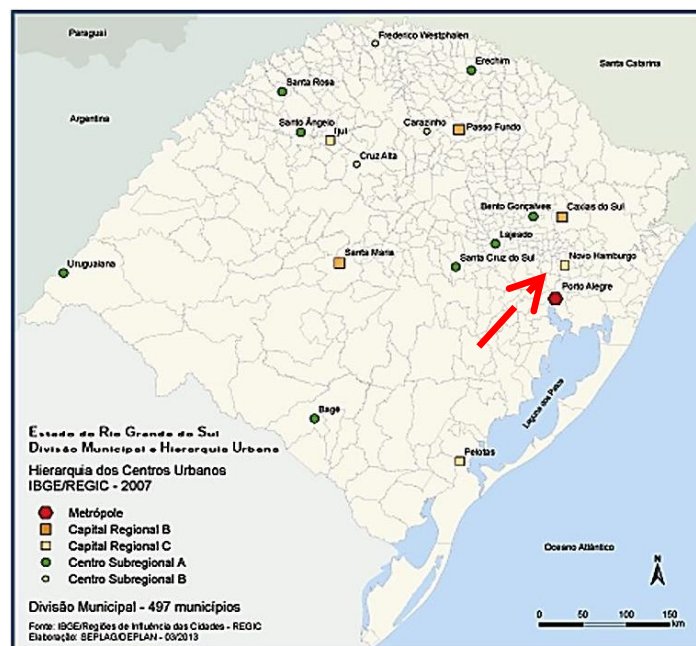
bibliográficas. Na primeira parte apresenta-se o desenvolvimento deste estudo, na sequência a análise dos resultados e por fim, as considerações finais.

2. DESENVOLVIMENTO:

Esta seção está estruturada em três pontos de discussão: o primeiro que caracteriza o contexto e os sujeitos investigados e aplicação do questionário, o segundo que se constitui da sustentação teórica, bem como, detalha a metodologia construída e o último que se dedica aos aspectos históricos e de revisão de literatura que sustentam o argumento da discussão dos resultados.

Quanto ao primeiro ponto de discussão, é importante ressaltar que nos últimos vinte anos a figura do supervisor pedagógico tem se intensificado. O modo como tem sido chamado, em diferentes Sistemas de Ensino, ora atribui a estes profissionais funções que não apenas aquelas associadas a Supervisão Pedagógica. As demandas burocráticas acabam por ocupar boa parte do trabalho da supervisão pedagógica e a função de acompanhamento pedagógico dos professores acaba ficando para um segundo plano. Nem sempre, garantir que o sucesso na aprendizagem e o trabalho de qualidade com os professores acabam sendo possível de construir, há, de fato a falta de tempo para que esse aspecto seja preservado. No caso de Novo Hamburgo, município gaúcho do Estado do Rio Grande do Sul, como se observa abaixo, no mapa na figura 01, o profissional, por vezes, responde também pelo trabalho de Orientação Educacional.

Figura 01- O município de Novo Hamburgo no mapa do Rio Grande do Sul.



Fonte: Rio Grande do Sul (2014).

A história de Novo Hamburgo está imersa no contexto da colônia alemã de São Leopoldo, principalmente a religião luterana e católica, que no decorrer do século XIX contribuíram para constituição da origem ao Vale dos Sinos (considerando o estabelecimento de colonos ao longo do rio dos Sinos). No ano de 1824, os imigrantes alemães desembarcam na Real Feitoria do Linho Cânhamo, onde hoje se situa a cidade de São Leopoldo, e alguns meses depois chegaram onde hoje se localiza o município de Novo Hamburgo.

Como de costume, a influência religiosa legado europeu da colonização sugeria que ao lado de cada igreja deveria haver uma escola, em Novo Hamburgo esta situação também se reproduziu. A vida em comunidade organizava-se em torno de suas escolas, igrejas, considerando o princípio religioso e escolar, entendidos como legado e tradição germânica. Este fato contribui para que o município “fosse considerado um dos mais alfabetizados” do Estado do Rio Grande do Sul, conforme Rocha (2012).

Como venho afirmando em outros estudos, AUTOR (2012), o município de Novo Hamburgo emancipou-se em 1927 e o Conselho Municipal de Educação foi instituído na década de 1940, sendo um dos municípios pioneiros neste sentido. Mas, é entre as décadas de 1960 e 1970 que a expansão do ensino público primário e fundamental será ampliada, principalmente, motivada pelas ações e políticas implantadas pelo Serviço Decentralizado de Expansão do Ensino Primário (SEDEP) e, posteriormente, pela Divisão de Municipalização do Ensino Primário (DIMEP). A Rede Municipal de Ensino, em 19 de dezembro de 2005 passou a ser Sistema Municipal de Ensino pela Lei Municipal N°. 1.353. Segundo Censo Escolar 2006, 2006 atenderam a 25.940 alunos. Observa-se que em 2009 a rede municipal era constituída de 76 escolas, entre Educação Infantil e Ensino Fundamental.

Os professores que participaram da aplicação do questionário são professores que atuam em uma destas escolas públicas municipais de Novo Hamburgo, aqui identificada apenas como escola de Novo Hamburgo. Este bairro é um dos maiores da cidade e que concentra o maior número de escolas da Rede Municipal, destacando escolas com séries finais. Além disso, caracteriza-se pela marca de ser um bairro constituído por diferentes grupos sociais, originários do intenso movimento migratório da década de 1970.

O intenso movimento migratório que produziu o processo de urbanização no Brasil na década de 1970 e a grande oferta de mão-de-obra, principalmente, para as indústrias, no caso de Novo Hamburgo, a coureiro-calçadista, redimensionou os espaços de ocupação do município e isso refletiu na educação. Ao mesmo tempo em que houve a preocupação, num primeiro momento

de conter este fluxo populacional, a partir do “desenho” de uma escola que atendesse às necessidades imediatas da população, houve o crescimento no número de estabelecimentos de ensino cuja proposta atendia à preparação mínima para o trabalho.

No conjunto do contexto social e cultural, o bairro encontra-se diante de diferentes situações de vulnerabilidade social, dentre elas o desemprego, as dificuldades de relacionamento entre as diferentes origens destes grupos sociais, a disparidade econômica, as relações de gênero e, principalmente, a violência e consumo de drogas e entorpecentes.

Quanto ao segundo ponto de discussão faz-se a opção pela da História Cultural conhecida, em um primeiro momento como “Nova História”, em contraste com a “antiga”, considera aspectos da experiência de vida e o contexto em que se construíram. A nova corrente historiográfica da História Cultural, ou seja, a Nova História Cultural se constituiu a partir da história francesa dos *Annales*, apresentando-se como uma abordagem para se pensar a ciência histórica, considerando a cultura como “[...] um conjunto de significados partilhados e construídos pelos homens para explicar o mundo” (PESAVENTO, 2004, p.15).

Essa nova perspectiva historiográfica possibilita a análise dos fatos históricos sob outra perspectiva, relativizando o conhecimento construído como acrescenta Pesavento (2004, p. 53-54):

A História é uma construção da experiência do passado, que tem se realizado em todas as épocas. [...] Inventa o mundo, dentro de um horizonte de aproximações com a realidade. [...] O historiador é aquele que, a partir dos traços deixados pelo passado, vai em busca da descoberta do como aquilo teria acontecido, processo este que envolve urdidura, montagem, seleção, recorte, exclusão, ou seja, o historiador cria o passado [...]. (PESAVENTO, 2004, p. 53-54).

A evolução desta inovação, no método investigativo, possibilitou analisar acontecimentos considerando uma micronarrativa; narração da história de professores, compartilhadas e configuradas no espaço e no tempo das práticas. A Nova História problematiza e valoriza a micro história, voltando-se para a história da vida cotidiana. Nesta nova visão, a pesquisa reflete sobre o uso de um método, envolvendo ideias e questionamentos, para serem analisados através de fontes diversas, como as narrativas dos sujeitos que responderam ao questionário proposto.

A principal característica, nas investigações históricas de estudos de fenômenos humanos representava a contemplação do contexto na aplicação investigativa. Dessa forma, as pesquisas qualitativas “[...] vieram a se constituir em uma modalidade investigativa que se consolidou para responder ao desafio da compreensão dos aspectos [...] e relações culturais, em suas dimensões grupais, comunitárias ou pessoais” (GATTI; ANDRÉ, 2010, p. 30). Ressaltando-se os significados atribuídos pelos sujeitos às suas práticas e experiências, interações sociais nos contextos em que se

forjaram as condutas de atuação social.

As origens dos métodos de pesquisa qualitativos remontam aos séculos XVIII e XIX, a partir do movimento produzido, principalmente por historiadores e cientistas sociais insatisfeitos com o método de pesquisa das ciências físicas e naturais. Na pesquisa qualitativa, o registro das informações representa um processo complexo, tanto pela subjetividade das respostas, a relação entre os sujeitos que participaram da pesquisa e o pesquisador, quanto pelas dimensões explicativas que desta relação emergiram, como se identifica nos excertos selecionados para este artigo. Consideraram-se as possibilidades de ampliar discussão diante das diferentes fontes como: a revisão bibliográfica, o que foi indispensável na definição do problema, esteve presente em todas as etapas subsequentes de desenvolvimento investigativo do processo em estudo e aplicação do questionário.

Tendo como pressupostos a pesquisa qualitativa, como argumentam Gatti e André (2010), partiu-se para a etapa da aplicação de questionário do tipo enquete. O questionário é um modo de comunicação que determina como a informação é transmitida de uma pessoa a outra a partir de questões estruturadas previamente. O termo indica a percepção realizada entre duas pessoas ou mais. É o procedimento mais usual no trabalho de campo e, através dele, o pesquisador busca obter informações contidas na fala dos atores sociais. Tratando-se de narrativas, representam uma forma possível de construir uma distinta realidade de um fenômeno investigado, ou seja, não encerram uma discussão, mas abrem novas interrogações.

Os professores foram escolhidos aleatoriamente, utilizando como critério o aspecto de serem professores da Rede Municipal de Ensino de Novo Hamburgo.

Utilizou-se o meio eletrônico para aplicação do questionário, que ainda contemplou perguntas sobre idade, quanto tempo de atuação docente e grau de instrução.

A faixa etária dos professores constitui-se entre, trinta e cinco e quarenta e cinco anos de idade. O tempo de trajetória profissional compreende a média de quinze anos dedicados ao magistério e todos possuem formação superior, nas diferentes áreas do conhecimento. Além disso, seis professores possuem formação em nível de pós-graduação. Para efeito de identificação, os professores desta pesquisa serão nomeados por letras de A até J, indicando o número de sujeitos que responderam ao questionário².

Quanto ao terceiro ponto de discussão desta seção destaca-se que, no Rio Grande do Sul,

² Destaca-se que foram encaminhados vinte e seis e-mails, porém, apenas dez retornaram sinalizando positivamente ao convite para participarem desta pesquisa.

existe a Associação dos Supervisores de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (ASSERS)³, que surgiu na década de 1970, importante momento para a História da Educação do Brasil, ocasião em que importante reforma política educacional promove novas oportunidades para o acesso aos meios de escolarização formal, o que possibilitou uma reorganização na organização interna das instituições escolares.

Souza et al (1996), a Supervisão Escolar⁴ é uma das atividades mais antigas do acompanhamento do aprender e ensinar, o que remota antiguidade. Durante a Idade Média, “o governo enviava às escolas um professor, percebido pelos demais como alguém que controlava as atividades a fim de garantir que aspectos morais e religiosos da instrução fossem desenvolvidos” (SOUZA et al, 1996, p. 12).

A origem da Supervisão Escolar no Brasil⁵ está associada ao contexto mais amplo. É durante a 1a. e a 2a. Guerra Mundial que os Estados Unidos da América desenvolveram diferentes projetos de auxílio aos países em subdesenvolvidos. Nesse sentido, “expedições”, ou “missões” de professores brasileiros foi encaminhado aos Estados Unidos para se especializarem e depois fundarem cursos de formação de Supervisão Escolar no Brasil. Este programa ficou conhecido como Programa de Assistência Brasileira Americana ao Ensino Elementar (PABAAE).

Dentre os objetivos do PABAAE saliento que além da prática da supervisão escolar ter sua origem no contexto da “escola de fábrica”, ou seja, da Escola Moderna, aquela voltada ao disciplinamento dos corpos e da preparação para o trabalho, de acordo com Souza et al (1996), a supervisão escolar deveria garantir o sucesso do aluno, aspecto que não dependeria apenas do conhecimento de conteúdos, métodos e técnicas docente, mas sim, de uma acompanhamento e orientação sistemática do trabalho docente.

A história da Supervisão Escolar no Rio Grande do Sul considera que o dado mais antigo refere-se ao ano de 1875. Nesta época, os documentos legais não eram claros sobre as atribuições, bem como, sobre a nomenclatura que compreendia a prática supervisora. Em alguns casos, o supervisor era chamado de Inspetor de Ensino, Orientador, ou ainda Fiscal da Instrução Primária.

Fischer (2005) argumenta que só na década de 1940, com a criação do Centro de Pesquisa e Orientação Educacional (CPOE/SEC), órgão da Secretaria de Educação do Rio Grande do Sul é que os papéis passam a ser definidos. Este órgão era responsável, dentre outras funções, a de

³ Esta foi a primeira Associação de Supervisores Escolares do Brasil, fundada em 22 de agosto de 1972 e é resultado de lutas emergidas na década de 1960, dentre eles a necessidade dos supervisores se agregarem para defenderem seus interesses (SOUZA et al, 1996).

⁴ Para Souza et al (1996), em diferentes momentos da história da supervisão escolar, a profissão foi identificada por nomenclaturas distintas. As mais usuais foram e/ou ainda continuam sendo utilizadas: Supervisão Escolar, Supervisor Pedagógico, Supervisor de Ensino, Supervisor de Educação, Supervisor Educacional e, Coordenador Pedagógico.

⁵ Para Coutinho (2011) na década de 1930 a expressão supervisão escolar é utilizada pela primeira vez.

exercer orientação técnico-pedagógica nas escolas primárias da capital e interior. Destaca-se a organização e circulação da Revista do Ensino, importante periódico de discussão pedagógica que influenciou a prática de muitos docentes, inclusive no Brasil.

Até 1971, a formação dos supervisores para educação básica eram habilitados pelo curso de Supervisão de dois anos, após a realização do Curso Normal que era oferecido pelo Instituto de Educação General Flores da Cunha, de Porto Alegre. A partir de 1971, o curso passou a ser oferecido pelas Faculdades de Educação, com habilitação específica em “Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus”.

No que se refere a pesquisa em periódicos, artigos publicados em eventos da área e busca de dados no repositório institucional da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), destaca-se que há poucos trabalhos sobre as representações sobre a figura do Supervisor Escolar e sua atuação na Educação Básica. Encontrou-se alguns estudos que se aproximam desta temática, em alguns casos, apenas trabalham com representações, outros desdobram o conceito e compreendem frentes específicas de ação deste profissional, como a pesquisa de Montenegro, Costa e Barbosa, (2010, p. 2): “[...] as representações sociais que professores e gestores fazem do supervisor escolar refletem de maneira geral, uma visão conservadora e tecnicista adquirida muitas vezes no próprio Curso de Graduação em Pedagogia.”

Outro trabalho é o de Machado e Arribas (2011) que discute representações sobre o trabalho pedagógico do Supervisor Escolar. Nesse sentido, argumentam que as representações sociais não são estáticas e tendem a acompanhar as transformações e necessidades dos contextos onde se constituem. É em função das novas demandas e contextos, que se ressignificam o sentido de mediação e articulação agregando a essas representações, a valorização do trabalho coletivo, a interação, o diálogo e a participação nas relações que estabelecem entre e com os diferentes agentes que atuam no espaço da escola pública.

Quanto às teses e dissertações destaco o estudo de Souza Rolla (2006) que em sua dissertação apresenta a figura do Supervisor como um importante líder da condução do bom andamento do desenvolvimento das práticas escolares. A liderança educacional, nesta perspectiva, coloca-se como desafio à ação Supervisora, que além de dar conta das questões burocráticas e legais, precisa contribuir com a formação dos professores em serviço e com sua qualificação.

Em relação às teses, a pesquisa de doutorado de Barcelos (2014) assegura que a Região Sul ocupa o segundo lugar no ranking nacional relativamente à produção de pesquisas sobre a supervisão escolar, sustentando um percentual de 32% no cômputo nacional, e acrescenta esta pesquisadora sobre os estudos referentes a temática da Supervisão Escolar:

A distribuição da produção regional dos estados da Região Sul é a seguinte: Paraná, 21%; Rio Grande do Sul, 69%, apresentando o maior índice da produção regional; e o estado de Santa Catarina figura com 10% da produção, participando com 3,3% da produção nacional sobre a temática (BARCELOS, 2014, p. 66).

No contexto destes trabalhos Barcelos (2014) apoiada em Carvalho nos chama a atenção para o fato de que a Supervisão no Brasil não se constitui numa prática nova, mas vai se revestindo de situações novas de acordo com as novas realidades que vão surgindo e afirma que, a partir da ampliação do direito à escola para as camadas menos favorecidas, aumenta a exigência da introdução de outros profissionais na escola que se torna bastante complexa, sendo na década de cinquenta, com a expansão da política desenvolvimentista do governo JK, que são formados os primeiros supervisores escolares do ensino primário, através do Programa Americano-Brasileiro de Assistência ao Ensino Elementar (PABAE).

Nesse contexto e, para melhor aprimorar essa divisão do trabalho, nasce, no interior das empresas, o taylorismo, centrado na cientificidade e da racionalização do trabalho, reforça a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual e promove a separação entre a função de planejamento e a função de execução. Em 1968, com a regulamentação profissional da orientação educacional, através da Lei 5.564, de 21 de novembro, a supervisão educacional amplia consideravelmente suas perspectivas de profissionalização, pois, além de já se constituir numa atividade de necessidade social, claramente explícito pelo aumento significativo da rede escolar e, portanto, da necessidade de profissionais que esse crescimento passa a exigir, agora também possuía a especificação de suas características de profissão, situação posta na reforma do curso de pedagogia, que passaria a formar, dentre vários especialistas, o supervisor educacional (BARCELOS, 2014).

Outro estudo é o de Silva e Carvalho (2002) que entendem que os professores só procuram a Supervisora para apresentar alunos com dificuldade de aprendizagem ou de ajustamento às normas da escola, solicitando o seu acompanhamento, através de conversas com este aluno. Infelizmente este trabalho não proporciona a solução de problemas de aprendizagem. As condições de trabalho, nem sempre possibilitam que o coordenador, o professor e o aluno possam construir um diálogo e solucionar os embates cotidianos da sala de aula. Esta fragmentação do trabalho do supervisor, por vezes, distancia este profissional do professor, bem como promove interpretações equivocadas das suas atribuições.

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As narrativas dos questionários foram utilizadas neste estudo. Após sua organização, foram consideradas como documento. Para Le Goff (1997), uma das rupturas propostas pelos

pesquisadores da Nova História, indicada pela escola francesa dos *Annales*, refere-se à utilização de outros registros como fonte, como argumenta Bloch (1997, p. 117):

Ao contrário do que parecem, por vezes, imaginar os principiantes, os documentos não surgem aqui ou acolá por artes mágicas. A sua presença ou a sua ausência, em determinado fundo de arquivo, em determinada biblioteca, em determinado terreno, dependem de causas humanas que, de maneira nenhuma, escapam à análise, e os problemas que a sua transmissão levanta, longe de se encontrarem somente ao alcance de exercício de técnicas, respeitam eles mesmos, ao mais íntimo da vida do passado, porque aquilo que se encontra em jogo não é nem mais nem menos do que a passagem da memória através das gerações (BLOCH,1997, p.117).

Com base nos resultados obtidos, construíram-se os documentos a partir de quadros, gráficos e tabelas, conforme Bacellar (2011). Constata-se que o entendimento dos professores a função do Supervisor é de resolver situações cotidianas, como conversar com os alunos, retomar as normas e regras de convivência da instituição escolar e de criar momentos para que os professores sejam “informados” sobre as novas demandas das relações de ensino e aprendizagem, neste caso, daquilo que é proposto pela Rede Municipal de Ensino.

Para Chartier (1990, p. 17) as representações são “[...] esquemas intelectuais, que criam figuras graças às quais o presente pode adquirir sentido, o outro tornar-se inteligível e o espaço, ser decifrado”. As considerações tecidas no que tange às práticas culturais e às representações delas surgidas nos colocam em contato com uma história dinâmica, em que educação e homens compõem uma imbricada relação, que dá origem a práticas singulares, mas também plurais, como se constata as diferentes frentes de atuação dos Supervisores Escolares.

As representações elucidam o modo como os professores percebem a função deste profissional na escola. Destaca-se que as narrativas dos entrevistados entendem que o papel da supervisão escolar é: *“É algo raro hoje em dia, pois, muitos são convidados e não aceitam. O trabalho consiste em um desafio diário para que exista uma harmonia na escola. O Supervisor é responsável pela garantia deste equilíbrio”* (Professor H). Ou ainda, como expressa outro sujeito entrevistado, *“É super importante na Escola. Eu já fui. É a peça fundamental do quebra-cabeça da aprendizagem escolar. É poder contribuir para o futuro dos sujeitos”* (Professor J).

É neste quadro de perspectivas que o supervisor escolar pode ser identificado em situações, de comandar, controlar, supervisionar as atividades de planejamento, de disciplina, de estrutura e organização do calendário escolar, etc.; mantendo-as ajustadas as suas necessidades, ou seja, é necessária a presença de um trabalhador capacitado, para supervisionar todo esse complexo processo.

Quanto as categorias de análise, a síntese geral das respostas aplicação do questionário possibilitou que emergissem três categorias conceituais, como se percebe no quadro 01, abaixo:

Quadro 01- Organização das categorias de análise.

FORMAS DE AÇÃO DO SUPERVISOR ESCOLAR	CATEGORIAS DE ANÁLISE
Atender aluno	Acompanhamento dos alunos
Resolver situações de conflito de alunos	
É o suporte pedagógico dos professores	Acompanhamento dos professores
Realizar atendimento aos professores	
Equilibrar conflitos professores	
Preencher formulários de alunos	Atribuições burocráticas
Avaliação do nosso Estágio Probatório	
Realizar Conselho de Classe e registros	
Realizar formação e atualização professores	
Orientar rotinas exigidas pela Rede de Ensino	

Fonte: Elaborado pelo autor (2015).

No que se refere ao atendimento dos alunos, a escola vem assumindo um papel que antes era delegado à família! A educação de valores morais em detrimento das novas tecnologias, da emergência da discussão de novas situações cotidianas: gênero, violência, discriminação étnica, entre outros, tem tomado muito tempo dos professores. Esse aspecto prejudica a função primordial docente, da escola e implica diretamente na organização do trabalho do Supervisor Escolar. Ou seja, a função significativa da escola para o desenvolvimento das potencialidades humanas, orientando os homens para uma formação plena e multidimensional acaba não acontecendo.

Na realidade o trabalho do supervisor é tanto o de construir uma forma harmoniosa para o desenvolvimento do seu trabalho com professores e alunos. Para Coutinho (2011), o supervisor escolar é aquela pessoa que procura coordenar o trabalho pedagógico na escola, com qualidade, buscando constantemente ser transformador, trabalhando em parceria, integrando a escola e a comunidade na qual está inserido.

Quanto às representações sociais da supervisão escolar, aqui discutidas, e que enfatizam o aspecto burocrático das atribuições, nos levam a afirmar que elas não podem ser desconsideradas pelos sistemas educacionais. Essas representações constituem um chamado para que os sistemas públicos reconheçam a urgência de repensar o papel desse profissional, buscando novos mecanismos de valorização, assegurando, principalmente, melhoria das condições de trabalho e o seu reconhecimento como formador e pesquisador no espaço da escola.

Uma das atividades burocráticas mais importantes e que exige não apenas do Supervisor Escolar, mas da sua condução e orientação depende o envolvimento dos professores e comunidade escolar é o planejamento do Projeto Político Pedagógico escolar. Ou seja, no modo como ele planeja as ações a serem desenvolvidas no espaço, o tempo, o currículo e conteúdos a serem abordados; como constrói, as finalidades, visão, objetivos, metodologia, avaliação e a caracterização histórica da instituição de ensino.

Como argumenta Barcelos (2014), entendemos que o campo da supervisão escolar é perpassado por inúmeras tensões e disputas. Constatamos ainda que a supervisão escolar tem se reinventado diante do contexto atual, e é identificada em Novo Hamburgo, como Coordenação Pedagógica. Os dados nos levam a inferir que, a supervisão escolar e a coordenação pedagógica são modulações do trabalho pedagógico que se pautam em diferentes projetos educacionais, que, ao longo dos anos, surgem em resposta a demandas políticas, econômicas e históricas do mundo social.

No contexto escolar atual, a função do Supervisor deve ser, pois, de assumir o compromisso da transformação e da luta por condições de vida melhor, engajando-se num projeto de conscientização crítica, denunciando as injustiças e as desigualdades e apontando propostas de superação dessas diferenças, problematizando o conhecimento e buscando o autêntico destaque da sua prática profissional.

4. CONCLUSÃO

Na busca pela compreensão do sentido do trabalho do Supervisor Escolar, suas origens e as representações que perpassam as práticas cotidianas da realidade escolar constata-se que a visão e o objetivo traçado na década de 1970 ainda permanecem muito fortes na concepção dos professores, em especial, no município de Novo Hamburgo, a partir da investigação desenvolvida. Ou seja, ressalta-se o aspecto burocrático, do trabalho deste profissional como algo que ocupa maior parte do tempo da supervisão, porém, misturam-se aspectos de atribuições que poderiam ser associadas à Orientação Educacional.

Uma crítica necessária é a ampliação de programas educacionais e governamentais que envolvem e ocupam burocraticamente o supervisor escolar, apenas a título de exemplo: Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, Escola de Tempo Integral, Escola Integrada, Prova Brasil, Programa de Esporte de Lazer, Além das Letras, Além dos Números, Programa Um Computador por Aluno, etc; além das atribuições que são inerentes ao supervisor.

Com este estudo foi possível identificar que as funções da Supervisão Escolar foram se ajustando aos diferentes processos e contextos. E cada vez mais, as exigências de práticas que

envolvem projetos e propósitos externos, como os determinados pelo Fundo Monetário Internacional, com objetivo de melhorar os índices de desenvolvimento humano do país, perpassam o trabalho dos professores e implicam na constituição de novas práticas de supervisão.

A compreensão do sentido da profissão caracteriza-se não apenas por orientar, acompanhar e avaliar o trabalho escolar exige uma postura e um perfil profissional que possa reagir positivamente frente às situações inusitadas e as mudanças constantes da realidade educacional.

Em síntese, grosso modo, o trabalho do supervisor envolve uma conceituação abrangente, entendido como um profissional indispensável, ou seja, “o coração da escola”, que orienta, auxilia, estrutura, acompanha e desenvolve o planejamento educacional. Nesse sentido, sua participação no planejamento e desenvolvimento de projetos, ações e cooperação do trabalho docente é fundamental para alcançar o sucesso na aprendizagem e também das atividades que envolvam a comunidade escolar.

A opção pela supervisão escolar, no cenário atual exige deste profissional um reinventar-se cotidiano, nas palavras de Charlot (2005), não há saber senão em uma relação com o saber. Ou seja, não se pode pensar o saber, ou aprender, sem pensar ao mesmo tempo o tipo de relação que se supõe para construir esse saber ou para alcançá-lo. Essas relações de aprendizagens permitem observar o sujeito se fazendo e fazendo em e nas culturas, como sujeito que pensa e se responsabiliza pela sua autoria, que constrói com autonomia “sua palavra” (AUTOR, 2011).

A aprendizagem não apenas tratada como um requisito cognitivo, mas a aprendizagem como possibilidade de leitura de mundo, da realidade e da cultura que perscrutem cotidianamente. Fernández (2001, p. 65) ressalta “[...] conseguiremos situar-nos ante o futuro, autorizando-nos a construir [...] um passado [...]. Tarefa que só podemos fazer cada um de nós, como autores e biógrafos de nossa história”.

No contexto da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) 9394/96, a figura do Supervisor Escolar assumiu o compromisso de coordenar a elaboração e acompanhar a execução da proposta pedagógica, com a participação da comunidade escolar. Para Caldieraro (2006) é imprescindível que as atribuições do supervisor sejam planejadas em parceria com o Orientador Educacional, principalmente no aspecto de articulação com a comunidade escolar.

REFERÊNCIAS:

BACELLAR, Carlos. *Fontes documentais. Uso e mau uso dos arquivos*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). *Fontes históricas*. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

BARCELOS, Ana Regina Ferreira de. *Supervisão escolar na Rede Municipal de Ensino de Florianópolis: ascensão, declínio e ressignificação de uma função*. Tese (Doutorado Educação). 321 f. 2014.

Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação, Florianópolis, SC, 2014.

CALDIERARO, Ires Parisotto. *Escola de Educação Básica: Institutos Legais, Organização e Funcionamento*. Porto Alegre: Edição da autora, 2006.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*/ trad. RAMOS, Patrícia Chittoni, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARLOT, Bernard. *Relação com o saber, formação dos professores e globalização*. Questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artemed, 2005.

COUTINHO, Kecia Cardoso. *A função supervisora no cotidiano de uma escola pública no município de Ingá/PB* [manuscrito]. 2011. 40 p. Monografia de Conclusão de Curso. Graduação em Pedagogia. Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2011.

FERNÁNDEZ, Alicia. *Os idiomas do aprendendo: análise de uma modalidade ensinante em família, escolas e meios de comunicação*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FISCHER, Beatriz Terezinha Daudt. *Professoras: histórias e discursos de um passado presente*. Pelotas: Seiva, 2005.

GATTI, Bernadete; ANDRÉ, Marli. A relevância dos métodos de pesquisa qualitativa em Educação no Brasil. In: WELLER, Wivian; PFAFF, Nicolle (Org.). *Metodologia da pesquisa qualitativa em Educação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p. 29-38.

LE GOFF, Jaques. *História e memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. 3. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.

LIBÂNIO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*, Cortez: São Paulo, 9ª. Ed., 2010.

MACHADO, Laêda Bezerra; ARRIBAS, Noemi Cathia Andrade Lira. Coordenador Pedagógico na Escola Pública: uma análise à luz das representações sociais. *Educação em Foco*. Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 171-192, mar./ago. 2011.

MONTENEGRO, Fabrícia Sousa; COSTA, Efigênia Maria Dias; BARBOSA, Rita Cristiana. Representações sociais sobre o papel do supervisor escolar na organização do trabalho pedagógico: um olhar de professores e gestores. In: 62ª. REUNILÃO ANUAL DA SBPC. Natal, RN, UFRN, 25 a 30 de junho de 2010. Disponível em: <<http://www.sbpcnet.org.br/livro/62ra/resumos.htm>> Acesso em: 4 de abr. 2015.

OLIVEIRA, Leda Maria Leal de. Memórias e experiências: desafios da investigação histórica. In: FENELON, Déa Ribeiro et al. *Muitas memórias, outras histórias*. São Paulo: Olho D'água, 2004. p. 263- 281.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

RANGEL, Mary (Org.). *Supervisão pedagógica. Princípios e práticas*. 8ª.ed. Campinas, SP: Papirus, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Planejamento, Gestão e Participação Cidadã. SEPLAG. Atlas socioeconômico do Rio Grande do Sul. Procergs. [2014?]. Disponível em: <http://www1.seplag.rs.gov.br/atlas/conteudo.asp?cod_menu_filho=791&cod_menu=790&tipo_menu=APRESENTACAO&cod_conteudo=1328>. Acesso em: 06 jan. 2014.

ROCHA, Silvio. (Org.). *Escola cidadã em Novo Hamburgo*: participação, qualidade e aprendizagem. Novo Hamburgo: Prefeitura Municipal, 2012.

ROLLA, Luiza Coelho de Souza. *Liderança educacional*: um desafio para o supervisor escolar. Dissertação de Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PIC/RS). 2006.

SILVA, Robson Carlos da; CARVALHO, Marlene Araújo de. Concepções e importância da supervisão escolar: um olhar dos agentes escolares de uma escola pública Estadual de Teresina. In: *Anais do II Encontro De Pesquisa Em Educação Da UFPI – 2002*. GT-01 Formação e Construção de Saberes. UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. Programa de Pós-Graduação em Educação. Teresina: Piauí. Disponível em: <http://www.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2002/GT.1/GT1_17_2002.pdf> Acesso em: 20 abr. 2015.

SOUZA, Dóris Helena de; GASPAROTTO, Mara; SOARES, Maria Inês Bitencourt et al. A origem e a História da Supervisão Escolar no Contexto mundial e brasileiro. In: *CADERNOS PEDAGÓGICOS SMED – NÚMERO 10*. O Especialista em Educação na perspectiva da Escola Cidadã. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação de Porto Alegre, 1996, p. 12-15.